

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI Nº 1.443 - RS (2019/0192449-8)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
REQUERENTE : **IVETE PIEROZAN LORENZETI**
REQUERENTE : **FABIELE GORETI GATTO MENTA**
ADVOGADOS : **DOUGLAS MOTTER - RS103690**
 : **ANDRÉ LUIZ DE FELIPPO - RS103681**
REQUERIDO : **MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS DO SUL**
ADVOGADO : **TATIANA MEZZOMO CASTELI - RS079262**

DECISÃO

Trata-se de Incidente de Uniformização de Jurisprudência com fundamento no art. 18 da Lei 12.153/2009, suscitado por Ivete Pierozan Lorenzetti e Fabiele Goreti Gatto Menta, contra decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Fazenda Pública dos Juizados Especiais do Estado do Rio Grande do Sul, resumido pela seguinte ementa:

RECURSO INOMINADO. MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO SUL. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE.

PERÍODO PRETÉRITO.

1. Divergem os litigantes acerca do direito da parte autora em receber adicional de insalubridade retroativo.
2. Sentença de improcedência confirmada por seus próprios fundamentos, nos moldes do artigo 46, última figura, da Lei nº 9.099/95.

RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. UNÂNIME.

As partes suscitantas alegam, em síntese, a existência de divergência entre o entendimento da Turma Recursal prolatora da decisão recorrida e o da Turma Recursal da Fazenda Pública do Estado de Rondônia, quanto ao direito a recebimento do adicional de insalubridade (fls. 221-230, e-STJ).

É o relatório.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 9.9.2019.

O presente incidente, porém, não deve ser conhecido.

Assim dispõe o artigo 14, § 4º, da Lei 10.259/2001, in verbis:

Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

(...)

Superior Tribunal de Justiça

§ 4º Quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça-STJ, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência."

A Resolução 10/2007 do Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, assim disciplina:

Art. 1º. O incidente de uniformização da jurisprudência do Juizado Especial Federal dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, será suscitado perante a Turma Nacional de Uniformização, cujo Presidente procederá ao juízo prévio de admissibilidade.

§ 1º. Admitido o incidente ou, se inadmitido, houver requerimento da parte, o pedido de uniformização será distribuído no Superior Tribunal de Justiça a relator integrante da Seção competente.

§ 2º. Se o relator indeferir o pedido, dessa decisão caberá agravo à Seção respectiva, que proferirá julgamento irrecurível.

Dos normativos supracitados, extrai-se que os incidentes de uniformização da jurisprudência do Juizado Especial Federal, dirigidos ao Superior Tribunal de Justiça, devem (a) ser suscitados perante a Turma Nacional de Uniformização, e exigem, como pressupostos, que a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, (b) em questões de direito material, (c) contrarie súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça - STJ.

A parte, todavia, deixou de observar os requisitos acima apontados, pois, no caso concreto, não foi analisada, especificamente, questão de direito material, em razão do óbice da Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Verifica-se que o direito à percepção do adicional de insalubridade das ora requerentes sequer foi reconhecido pelas instâncias ordinárias, ao fundamento de inexistência de previsão legal na legislação municipal que ampare o pedido formulado, bem como existência de laudo pericial municipal atestando que o cargo que ocupam (agente comunitário de saúde) não se insere no rol dos cargos que exercem atividades insalubres.

Para se rever a decisão proferida pelas instâncias ordinárias, no intuito de comprovar que as atividades exercidas pelas requerentes seria de natureza insalubre, seria necessário o adentramento no conjunto de provas e fatos constantes nos autos, o que é inviável pela via eleita.

Nesse sentido, já decidiu o STJ:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA PETIÇÃO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ART. 14,

§ 4º, DA LEI N.º 10.259/2001. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS (TNU) SOBRE A QUESTÃO DE DIREITO MATERIAL.

1. Nos termos do art. 14, § 4º, da Lei 10.259/2001, o Superior Tribunal de Justiça examinará divergência entre acórdão proferido pela Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais e a sua jurisprudência quando for analisada questão de direito material por aquele colegiado, o que não ocorreu no caso dos autos.

2. Agravo interno não provido.

(STJ, AgInt na Pet 10.264/SE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 02/02/2017)

AGRAVO INTERNO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO MATERIAL NÃO APRECIADO PELA TNU. INADMISSIBILIDADE DO INCIDENTE.

1. O pedido de uniformização de jurisprudência somente é cabível contra decisão da Turma Nacional que analisou o direito material. Na hipótese, a TNU não conheceu do recurso, ao fundamento de que a análise da questão esbarra no óbice da Questão de Ordem n. 13/TNU. 2. Portanto, não há como conhecer do incidente, eis que não há acórdão prolatado pela TNU, com enfrentamento de matéria de direito material.

3. Agravo interno improvido.

(STJ, AgInt na Pet 11.339/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 08/11/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NA PETIÇÃO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE DECISÃO MÉRITO.

I - Incidente de Uniformização de Jurisprudência a que se negou seguimento, na medida em que não houve pronunciamento da Presidência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais sobre questão de direito material.

II - A Agravante não apresenta, no regimental, argumentos suficientes para desconstituir a decisão agravada.

III - Agravo Regimental improvido.

(STJ, AgRg na Pet 9.339/PA, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 22/10/2015)

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. EXAME DO

MÉRITO NÃO REALIZADO PELA TNU.

1. Conforme a disciplina do art. 14, § 4º, da Lei nº 10.259/2001, caberá incidente de uniformização dirigido a esta Corte quando a Turma Nacional de Uniformização (TNU), ao apreciar questão de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça.

2. No caso, não tendo havido manifestação meritória pela TNU, descabe o pronunciamento desta Corte Superior acerca do direito material controvertido (concessão de amparo social). Precedentes.

3. Agravo regimental desprovido.

(STJ, AgRg na Pet 8.779/CE, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, TERCEIRA SEÇÃO, DJe de 20/11/2014)

AGRAVO REGIMENTAL NO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. QUESTÃO MERITÓRIA NÃO ENFRENTADA PELA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I - O cabimento do incidente de uniformização reclama que a decisão da Turma Nacional de Uniformização tenha enfrentado questões de direito material, divergindo de súmula ou jurisprudência dominante deste Superior Tribunal.

II - Agravo regimental improvido.

(STJ, AgRg na Pet 7.322/PE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, DJe de 31/10/2014)

Diante desse contexto, o presente Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei não pode ser conhecido.

Com efeito, se a lei estabelece pressupostos ou requisitos para a admissibilidade de recursos e incidentes – no particular, o art. 14, § 4º, da Lei 10.259/2001 c/c art. 1º da Resolução 10/2007-STJ -, cabe à parte proceder em estrito cumprimento às determinações legais.

O novo Código de Processo Civil ratificou tal entendimento, conforme se depreende do seu art. 932, III, *in verbis*:

Art. 932. Incumbe ao relator:

(...)

III. não conhecer do recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha

impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

(...)

De fato, "não se pode desconhecer os pressupostos de admissibilidade do recurso. O aspecto formal é importante em matéria processual não por obséquio ao formalismo, mas para segurança das partes e resguardo do *due*

Superior Tribunal de Justiça

process of law" (STJ, AgRg no Ag 427.696/RJ, Rel. Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, Quarta Turma, DJU de 12/8/2002).

Ante o exposto, **com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015 e 34, XVIII, "a", do RISTJ, não conheço do presente Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator